

Superior Tribunal de Justiça

EDcl nos EDcl na PET nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.563.462 - PE (2015/0276011-5)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE : OWENS-ILLINOIS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
ADVOGADOS : EDUARDO UCHÔA ATHAYDE E OUTRO(S) - DF021234
CARLOS ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA LIMA - PE022633
GRACE KAT MEDEIROS DA COSTA NEVES PEREIRA E
OUTRO(S) - PE026237
MIRELLA CRISTINA ALBUQUERQUE DE LUCENA E
OUTRO(S) - PE031032
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela OWENS-ILLINOIS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. contra decisão de e-STJ fls. 587/590, que homologou a renúncia do embargante ao direito em que se funda a ação, extinguindo o processo com resolução de mérito.

Em suas razões, a parte embargante alega que o *decisum* foi omissivo no que se refere à dispensa da condenação em honorários de advogado, estabelecida pelo art. 5º, § 3º, da Lei 13.496/2017.

Passo a decidir.

Os embargos de declaração, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, têm ensejo quando há obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado.

In casu, o recurso integrativo merece ser acolhido, tendo em vista que o art. 5, § 3º, da Lei 13.496/2017 estabelece que "a desistência e a renúncia de que trata o *caput* eximem o autor da ação do pagamento dos honorários".

Ante o exposto, ACOLHO os embargos de declaração para sanar a omissão antes mencionada e, com base no art. 487, III, c, do CPC/2015, c/c o art. 34, IX, do RISTJ, HOMOLOGO o ato de renúncia e EXTINGO o processo, com resolução do mérito, sem condenação em honorários, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei 13.496/2017, determinando o retorno dos autos à Coordenadoria da Primeira Seção para certificação do trânsito e posterior baixa dos autos à origem.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA
Relator

